

**Governança Global e Ajuda ao Desenvolvimento
na Bósnia-Herzegovina: Fricção e Tradução**

Eunice Castro Seixas

2010

*O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e
Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC. N.º 4, 2010*
<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>

RESUMO

O presente artigo insere-se nos meus trabalhos de doutoramento no Programa “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” promovido pela FEUC/CES e financiado pela FCT. Com base nos dados recolhidos durante um primeiro contacto com o terreno, propõe-se uma análise da ajuda ao desenvolvimento na Bósnia-Herzegovina (BIH), através dum diálogo transdisciplinar entre o conceito de «Fricção» da antropóloga Anna Lovenhaupt Tsing e a teoria da tradução intercultural de Boaventura de Sousa Santos. Sugere-se que as propostas de Tsing e Santos nos permitem ir para além quer das críticas globalistas quer das críticas românticas à globalização neoliberal que negligenciam os processos constitutivos mútuos do “Global” e “Local” e respectivas dinâmicas de poder.

Palavras-chave: fricção; tradução intercultural; ajuda ao desenvolvimento; bósnia-herzegovina; governança global

1. Introdução

Propõe-se, neste artigo, um diálogo transdisciplinar entre os conceitos de tradução intercultural de Santos e de fricção de Tsing, com o objectivo de empreender uma análise dos processos de democratização e ajuda ao desenvolvimento internacional. Através deste diálogo, enceta-se uma análise das dinâmicas de poder e do como o “global” e o “local” se constituem mutuamente na democratização e reconstrução pós-guerra na Bósnia-Herzegovina. Mais especificamente, interessa-me o modo como os discursos e práticas da ajuda internacional ao desenvolvimento emergem, são recontextualizados e reapropriados pelos diferentes actores do sistema humanitário e os processos de construção de hegemonias e contra-hegemonias associados.

Propõe-se três temas para a análise, temas esses emergentes da minha análise de campo: 1) a imagem da sociedade civil na Bósnia-Herzegovina; 2) a relação entre as agências/organizações internacionais e as organizações locais da sociedade civil; e 3) as representações recíprocas da BIH e da Comunidade Internacional (CI) no sistema humanitário da BIH.

2. O conceito de Fricção como interconexão através da diferença

Tsing define fricção como “(...) as qualidades bizarras, desiguais, instáveis e criativas de interconexão através das diferenças” (Tsing, 2005:4, tradução própria) propondo a

relevância deste conceito para o estudo das conexões globais-locais e construção de hegemonias e contra-hegemonias. Segundo Tsing, implícita nesta ideia de fricção está uma crítica ao globalismo e ao “(...) sobre-entusiasmo popular por predições globais programáticas” (Ibid: 5, tradução própria), uma vez que pressupõe, pelo contrário, que a dominação e a disciplina nem sempre aparecem na mesma forma em que são apresentados pelos seus proponentes, e enfatiza a instabilidade e criatividade da interacção global. Por outro lado, “(...) evita uma exagerada celebração da autonomia cultural do Sul como capaz de absorver e transformar qualquer mandato imperial” (p. 5, tradução própria). Tsing abre assim caminho para uma análise do confronto do “global” com o “local”, e dos respectivos processos constitutivos mútuos.

Tsing vê a cultura como resultado destas interacções globais-locais e “(...) não como verdades ou mentiras”. Nem as culturas são unidades discretas nem existem “capitalismos inteiramente descontínuos”. Esta crítica às concepções essencialistas e à ideia de cultura como entidade fixa e homogénea fora já preconizada pelos autores pós-modernos e pós-coloniais, nomeadamente Bhabha (1994), ao propor o «terceiro espaço de enunciação», o «in-between» como precondição da articulação da diferença cultural.¹

Fricção significa que a ênfase é no carácter imprevisível, desarrumado e atestado de “mal-entendidos” destas conexões globais-locais, mostrando como “modos culturalmente produtivos de colaboração” podem emergir duma diferença com uma causa comum, i.e., da fricção. Do seu trabalho nas florestas de chuva da Indonésia, Tsing traz o exemplo de como a colaboração entre os líderes das aldeias nas Montanhas Meratus do Sul do Kalimantan, os amantes da natureza da capital da província de Banjarmasin e activistas nacionais New-Order de Jakarta, possibilitaram a formação duma floresta gerida pela comunidade e a salvaram da destruição corporativa. É também interessante o facto da autora mostrar que esta colaboração não homogeneizou as diferenças criativas porque “(...) os protagonistas nunca chegaram a nenhum acordo sobre o que se passou” (IBID.: 246, tradução própria). “A colaboração não visou a produção de consenso mas antes uma abertura à confusão produtiva” (247, tradução própria). E esta foi produtiva por causa dos mal-entendidos e da diferença mantida apesar da causa comum.

¹ “É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos neste espaço de enunciação contraditório e ambivalente, que começamos a entender a razão porque os argumentos hierárquicos da originalidade ou pureza das culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias empíricas para demonstrar a sua hibridação” (BHABHA, 1994:37, tradução própria).

Propõe-se neste artigo, que este conceito de fricção pode constituir um importante analisador da governança global e ajuda ao desenvolvimento internacional. Analisar a ajuda ao desenvolvimento no contexto situado da BIH, é efectivamente estudar conexões globais-locais ou, neste sentido, a «interconexão através da diferença».

No contexto da governamentalidade liberal, que se baseia na definição de padrões globais que aparecem como não-jurídicos e portanto, aparentemente, consensuais (Best, 2007), mais relevante se torna esta ideia de fricção. Para desconstruir esta ilusão de consenso relativamente aos conceitos liberais de democracia e direitos humanos, torna-se importante mostrar o carácter contencioso e de “fricção” que é a operacionalização e contextualização destas políticas.

3. A teoria da Tradução como um princípio orientador da investigação

Santos (2002), critica a racionalidade ocidental e propõe um novo modelo de racionalidade, a que chama “razão cosmopolita”, fundada em três procedimentos sociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Uma sociologia das ausências deverá contribuir para uma «expansão do presente» e uma sociologia das emergências permitirá uma «contracção do futuro», invertendo assim a lógica espacio-temporal da racionalidade ocidental, segundo a qual se vive, não no momento presente, mas sempre direccionados para um futuro abstracto que, todavia, presentemente se torna cada vez mais vazio, à medida que as expectativas de progresso se vão abatendo. Santos define tradução intercultural como “o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, tal como são reveladas pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências, sem pôr em perigo a sua identidade e autonomia” (Santos, 2004: 78-79). A tradução visa portanto o entendimento e enriquecimento recíprocos, através do diálogo intercultural, e parte do reconhecimento da natureza incompleta das culturas.

Santos retoma o conceito de zonas de contacto de Pratt (1992), argumentando que “As assimetrias de poder nestas zonas de contacto são tão vastas hoje, se não mais ainda, do que no período colonial, sendo mais numerosas e intensas” (Santos, 2008:14). Para Santos, o material dentro destas «zonas fronteiriças ou de contacto» seria o material para o confronto multicultural e esta tradução seria aplicável tanto ao conhecimento como a práticas sociais; por exemplo entre concepções (conhecimento) e práticas de desenvolvimento neoliberais e outras concepções e práticas alternativas, assim como tradução entre estas últimas práticas alternativas.

A tradução seria feita ao nível das trans-escalas, permitindo a “desglobalização do local”, retirando-lhe os seus elementos hegemónicos, a que se seguiria uma “reglobalização contra-hegemónica”.

Apesar desta ideia de tradução cultural se ligar a um projecto utópico² de emancipação social associado a um pensamento pós-hegemónico ou pós-abissal, em que um verdadeiro diálogo entre o “Norte” e o “Sul” seria possível, eu vejo a proposta de Santos como uma inspiração ou um princípio epistemológico ético-político orientador da pesquisa científica e da intervenção social. É neste sentido que eu o utilizo e o sugiro como enquadramento importante para o estudo da governança global e ajuda ao desenvolvimento na Bósnia-Herzegovina.

4. Fricção e Tradução em diálogo

Apesar de muito diferentes, especialmente na sua origem (a proposta de Tsing está fundada numa pesquisa etnográfica enquanto a proposta de Santos se insere na sua crítica sociológica à racionalidade ocidental e no assumir duma posição de investigador/activista face à globalização neoliberal), penso poderem ver-se claras interconexões entre as propostas conceptuais de Santos e Tsing, enquanto contributos para a análise dos processos de democratização e ajuda ao desenvolvimento internacionais. Ambas as propostas salientam as dinâmicas de poder associadas à globalização neoliberal e se posicionam criticamente face às mesmas; ambas consideram o confronto do “global” com o “local” como processos complexos que constituem mutuamente tanto o “global” como o “local”. Ambos os autores defendem que um movimento contra-hegemónico emancipatório passará pela articulação das diferenças e contribuirá para um enriquecimento cultural mútuo.

Em relação às diferenças entre as duas propostas conceptuais, salienta-se aquelas que se apresentam como mais relevantes para o propósito deste artigo. Como já referi, a teoria da tradução de Santos insere-se numa proposta teórico-político mais alargada, e numa crítica à racionalidade da modernidade ocidental e proposta duma nova “razão cosmopolita”. Também o investigador se assume no seu posicionamento político e de activista, muito mais do que Tsing parece fazê-lo. Por outro lado, Tsing dá particular ênfase aos factores “acaso” e “malentendidos” na construção de “confusões criativas” e talvez, na minha opinião, acabe por salientar demasiado a

² A este respeito, Santos (1997:30) afirma: “Este projecto pode parecer demasiado utópico. Mas, como disse Sartre, antes de ser concretizada, uma ideia tem uma estranha semelhança com a utopia. Seja como for, o importante é não reduzir o realismo ao que existe, pois, de outro modo, podemos ficar obrigados a justificar o que existe, por mais injusto ou opressivo que seja.”

produtividade e positividade destas fricções e menos os seus efeitos negativos, quando se trata duma proposta que visa mais descrever a realidade do que propor uma nova forma de investigação e intervenção social, como faz Santos. Se a tradução para Santos representa uma nova racionalidade, a fricção representa a realidade das conexões globais-locais. Mas estas conexões/fricções também podem ser entendidas como formas de tradução intercultural, neste caso, como os processos de reapropriação, contextualização e operacionalização das políticas de ajuda ao desenvolvimento na Bósnia-Herzegovina são processos de tradução.

A ideia de “fricção” pode ser particularmente feliz para evidenciar o carácter disruptivo, desordenado e imprevisível deste confronto entre o global e o local, complementando as ideias de hibridismo e de tradução intercultural enquanto negociação e articulação das diferenças num espaço fronteiriço (cf. Bhabha, 1994; Hall e du Gay, 1997).

5. Fricção e Tradução na Ajuda ao Desenvolvimento na Bósnia-Herzegovina

Um primeiro contacto no terreno, mais propriamente, o período de 3 meses, de Junho a Setembro de 2009 em que estive em Sarajevo a fazer observação participante e a realizar entrevistas qualitativas em profundidade a activistas e ex-activistas de Organizações Não Governamentais (ONGs) locais e internacionais ligadas aos direitos humanos, assim como a outros actores sociais (jornalistas, políticos, estudantes, académicos, etc.), possibilitou uma análise exploratória da ajuda ao desenvolvimento pós-guerra na Bósnia-Herzegovina. A BIH constitui um dos meus estudos de caso para investigar a ajuda ao desenvolvimento nas periferias do sistema internacional e sua relação com a governação global.³ Tendo como enquadramento da análise o estudo de caso qualitativo, tal permitiu uma abordagem multifacetada e o uso de vários instrumentos e metodologias. Neste caso, refere-se a importância que tiveram em particular, para a fundamentação da recolha e análise dos dados, as perspectivas da etnografia crítica e da análise discursiva crítica, esta última na proposta conceptual de Norman Fairclough. Da análise realizada até agora, a partir do diário de campo, entrevistas e documentos diversos, emergiram três temas: 1) a imagem da sociedade civil na Bósnia-Herzegovina; 2) a relação entre as agências/organizações internacionais e as organizações locais da sociedade civil; e 3) as representações recíprocas da Bósnia-Herzegovina e da Comunidade Internacional

³ O meu projecto de doutoramento supõe um estudo de caso comparativo entre a ajuda ao desenvolvimento na Bósnia-Herzegovina e na Federação Russa.

(CI) no sistema humanitário da BIH.

5.1. A imagem da Sociedade Civil na Bósnia-Herzegovina

Primeiro, a minha pesquisa confirma a literatura prévia - cf. por exemplo Evans-Kent e Bleiker (2003), Kuti (2001) e Bieber (2002) - relativamente à evidência duma crise de credibilidade das organizações da sociedade civil na BIH. Da forma como foi levada a cabo, a intervenção humanitária na BIH, levou ao descrédito geral nas organizações da sociedade civil, que são maioritariamente Organizações Não-Governamentais (ONGs):

- i) As ONGs são vistas como não tendo qualquer utilidade para o cidadão comum, vendidas aos interesses políticos e religiosos, corruptas e não confiáveis. “A maior parte das ONGs são um «brinquedo» de uma ou duas pessoas”⁴;
- ii) A construção da sociedade civil pelo modelo do “NGO building”⁵ tornou-se um «jogo» para obter dinheiro dos doadores;
- iii) Excepções: ONGs locais mas que se debatem com graves problemas de sustentabilidade.

Em termos de fricção e tradução pode-se argumentar que a ajuda ao desenvolvimento internacional enquanto encontro global-local não parece ter gerado produções criativas pois houve uma transferência e imposição de um modelo ocidental de sociedade civil, sem qualquer preocupação em estabelecer um processo de baixo para cima, «grass-roots», ou, noutras palavras, de tradução intercultural. Foi imposta uma concepção liberal/pluralista da sociedade civil, enquanto espaço intermédio entre o indivíduo e o Estado, medido pela quantidade de associações independentes do Estado mas que não pretendem se substituir ao Estado (cf. Belloni, 2001). Prevaleram duas ideias de sociedade civil - a de «civildade» e a de «participação», caracterizando uma perspectiva “neutra” que descarta conflitos de interesse e relações de poder. Para além disso, a ideia de sociedade civil associada a civildade, é um termo visto como ofensivo pelos bósnios (IBID.), pois remete para uma «governança terapêutica» que patologiza o local (cf. Pupavac, 2005). O que parece ser evidente do meu trabalho de campo é a confirmação de que, como Belloni (2001: 164, tradução própria) refere, a sociedade civil se tornou “num espaço onde as elites étnicas mantêm o seu domínio ao fomentarem a fragmentação social e a

⁴ Esta ideia foi veiculada por um jornalista local com quem falei, durante a minha pesquisa em 2009.

⁵ Refiro-me à imposição de um modelo ocidental e liberal de sociedade civil, muito centrado na criação de ONGs e sem ter em consideração as tradições e especificidades culturais bósnias neste sector.

insegurança”.

5.2. A relação entre as Agências/Organizações Internacionais e as Organizações Locais da Sociedade Civil

Esta visão homogeneizante negativa da sociedade civil parece estar a contribuir para silenciar tanto os exemplos positivos como os mais negativos, mantendo assim o *status quo*. Como refere Živanovic (2006), existem dois tipos de organizações da sociedade civil na Bósnia: as novas ONGs “profissionais”, que se adaptaram às circunstâncias da intervenção internacional, aprenderam a elaborar projectos e relatórios e por isso a obter fundos internacionais, “embora não façam nada de útil” (opinião veiculada pela maioria das pessoas com quem falei/entrevistei e expressa desta maneira pelo próprio Živanovic com quem tive oportunidade de conversar) e as organizações da sociedade civil mais tradicionais com poucas capacidades de gestão, que se deparam com uma crise de sustentabilidade e se voltam agora para o Estado, autarquias ou partidos políticos em busca de financiamento.

A relação entre as ONGs locais “profissionais” e as organizações/agências globais/bilaterais pode ser analisada usando o referencial teórico da fricção e da tradução intercultural. Na Bósnia-Herzegovina, esta relação parece assumir mais características de neo-colonialismo do que de verdadeira parceria, pois há “uma assimetria baseada numa distribuição desigual tanto de poderes simbólicos como financeiros entre estas duas categorias” (Sali-Terzic, 2001: 142).

Um dos activistas locais que entrevistei, e cujo projecto de «construção de paz» tinha recentemente recebido financiamento da United States Agency for International Development (USAID) afirmava, com um misto de orgulho e sentido de independência “Foram eles que nos procuraram, não fomos nós que fomos atrás deles”, querendo mostrar-me que tiveram a possibilidade de aceitar ou não, e que é a USAID que precisa deles e não eles que precisam da USAID. As condicionalidades dos doadores colocam em risco o bom trabalho que até aí faziam, ao impor a standardização e burocratização, exigir certezas e predições e ao limitar prazos de intervenção num tipo de trabalho que é complexo, arriscado e demorado, como os próprios activistas reconhecem. Há um reconhecimento disto e depois uma negação, talvez de modo a manter o sentimento de autonomia. E há provavelmente interesses racionais individuais em jogo, na medida em que este reconhecimento pode travar recompensas futuras (potenciais empregos internacionais, bolsas de estudo, etc.).

Apenas podemos esperar para ver se estes dilemas das ONGs locais serão uma fonte de produção criativa.⁶ Mas pode a produção criativa emergir no quadro de tão claras relações de dependência? Eu não vejo muito espaço para negociação dentro da diferença, mas antes uma imposição de normas universalizadas que produzem uma falsa ideia de consenso, e que impede a tradução intercultural. Como defende Stubbs (2003: 340), é necessária mais investigação sobre os processos de sub-contratação na ajuda ao desenvolvimento, nomeadamente, na medida em que estes não supõem uma obrigação de compra de pessoal ou equipamento ocidental e em que medida é que promovem de facto, uma capacitação local.

5.3. As representações recíprocas da BIH e da CI no Sistema Humanitário da BIH

As relações de dominação dentro deste sistema de intervenção humanitária são mascaradas e legitimadas pela Comunidade Internacional, a responsável por estabelecer, durante e após a guerra, «as regras do jogo», e que culpa agora os “recipientes” da intervenção humanitária pelos fracassos. Tal é conseguido através dum processo segundo o qual os actores humanitários internacionais mantêm uma visão positiva das suas próprias intervenções, mas visões negativas e estereotipadas da população e do país, nomeadamente, uma imagem dos beneficiários da ajuda humanitária pautada pela imaturidade, irracionalidade e oportunismo e pela reificação da identidade religiosa ou étnica.

Campbell (1998) descreve os perigos desta etnicização:

“No caso da Bósnia, talvez a problematização mais prevalente envolva a etnicização do campo político. Com a sua ostentação de procedimentos históricos, estatísticos, cartográficos e outros, ajudou à configuração da Bósnia como problema «intratável» de modo a propor políticas de apartheid de divisão como a solução mais «realista». Vergando-se perante a força do determinismo conceptual, os que operaram nestes termos replicaram e reproduziram as estratégias de violência que ostensivamente visavam melhorar” (xi).

Chandler (1998:16) argumenta que a focalização na problemática étnica leva a noções culturalistas que orientam a intervenção da CI e em última análise se auto-reforçam, ao justificar o fracasso das políticas de desenvolvimento pelo “atraso cultural” e traumas psicológicos dos pós guerra. Tais representações reforçam a imagem da BIH como periferia e lugar da radicalização do caos e da violência e simultaneamente validam a norma neoliberal da propriedade que vê os Estados como responsáveis pelo seu desenvolvimento/subdesenvolvimento (cf. Best, 2007). A

⁶ Efectivamente, planeio seguir um destes casos na minha próxima ida ao terreno, e tentar perceber de que modo é que as condicionalidades da USAID afectam o trabalho duma organização local.

imagem da BIH como lugar do caos e insegurança tem tido várias expressões tais como a representação da Herzegovina enquanto «Wild West» (Jansen, 2005), ou, dos Balcãs como “Wild East” (cf. Goldsworthy, 1998; Kovacevic, 2008). Se a comparação é com o Oeste Americano de outrora, ou enfatiza, pelo contrário, a localização a Este da Europa, o sentido permanece o mesmo: o de uma terra sem lei e onde tudo é possível. Esta imagem foi especialmente prevalente numa primeira etapa de democratização e transição judicial que se seguiu imediatamente à guerra em que existia um vazio de legislação.

Esta representação parece ter sido reapropriada performativamente pelos bósnios. Ouvi a frase “Isto é Bósnia, tudo é possível” como reacção a vários episódios e em vários contextos, como a queda de parte do telhado de vidro do centro comercial BBI,⁷ ou o discurso irónico dum guia turístico durante uma visita guiada aos túneis utilizados durante a guerra. Se tal é uma forma desconstrução do estereótipo através da identificação com o mesmo (Žižek, 2006), ou uma «apropriação celebratória» que acaba por reforçar o estereótipo (cf. Volcic, 2005, sobre as estratégias de auto-imagem dos intelectuais sérvios), não ficou claro para mim. Mas parece que esta ironia pode actuar como bloqueio de vontades de mobilização social e política.

Apesar destas representações subsiste uma crítica aos discursos orientalistas ou Balcanistas, mais especificamente no modo como nestes contribuem para isolar a BIH, impedindo a obtenção de vistos para viajar ou sair do país. Nomeadamente, as imagens da BIH como o “buraco negro da Europa” e “a última da turma” são alvo de críticas mas o que parece estar em causa é mais uma crítica aos entraves colocados pelos políticos locais, do que uma crítica à CI.

Parece simultaneamente existir um discurso de atraso e subdesenvolvimento internalizado que contrasta a BIH com “um outro país normal” ou com a “Europa”, ou com “um país desenvolvido”. Em várias das entrevistas que realizei, observa-se uma representação da diferença exactamente pelo contraste entre a BIH versus a Europa, ou por comparação a outros países da antiga Jugoslávia, nomeadamente: os

⁷ Tal tinha acabado de acontecer e eu estava em lá, a abrigar-me da chuva que começara de repente a cair em força em Sarajevo, neste Centro Comercial extremamente caro, cheio de marcas ocidentais a preços absurdos, e à porta do qual se podem ver algumas pessoas a pedir. Parte do tecto interior de vidro do edifício tinha caído, atingindo principalmente uma área onde estava localizado um grande café e a polícia estava no local. Mesmo assim podia-se na mesma tomar café - o que fiz- aí e só as passageiras rolantes perto do local estavam a ser vedadas ao público. O pessoal do café limpava os estragos e varria os vidros do chão. Algumas pessoas (clientes e funcionários do Centro Comercial) contemplavam a cena mas com um ar que me pareceu mais divertido que preocupado. Tudo parecia rapidamente voltar à normalidade, como se nada tivesse acontecido. Perguntei a um dos empregados do café (em inglês) se tinha havido feridos e ele riu-se e respondeu - “This is Bosnia”. Os outros riram-se também. Mais tarde fiquei a saber que efectivamente tinha havido alguns feridos, embora não de muita gravidade.

níveis de corrupção na BIH, versus noutro país da Europa ocidental; o activismo na BIH versus noutro país da Europa ocidental; os entraves dos políticos nacionais ao processo de integração na União Europeia (UE), versus os esforços da UE; a participação política (em percentagem de votos) na BIH versus na Sérvia; a percentagem de pessoas que votam em partidos nacionalistas na BIH versus noutro país da antiga Jugoslávia; os media da BIH versus os media internacionais, um certo “espírito socialista”, legado do Comunismo na BIH versus um espírito democrático e capitalista. Esta representação dicotómica da diferença em que a BIH fica sempre do lado negativo, oposta à imagem de uma Europa Ocidental desenvolvida, surge associada a diferentes discursos. Se por vezes, parece legitimar um discurso neoliberal, que culpa a BIH e a sua não adesão às normas da UE pelo seu próprio subdesenvolvimento, noutras situações, surge associada a um discurso crítico da intervenção da CI na BIH, durante a guerra e no período pós-guerra. Do meu trabalho de campo, e mais de conversas informais do que de entrevistas, emergiram também críticas à imagem periférica da BIH, à legitimidade da CI, e mais especificamente do Alto Representante da UE para a BIH, (embora não particularmente o actual, Valentin Inzko), para os «ensinar o que é a democracia», a recusa da ideia da BIH como periferia da Europa, referindo, pelo contrário, os Balcãs como berço da democracia ocidental, e a denúncia da ineficácia da intervenção internacional. Algumas destas pessoas confrontavam-me acerca do meu papel enquanto investigadora, do meu conhecimento da história da Jugoslávia, e do que suponham ser a minha visão liberal e romântica da sociedade civil.

6. Conclusão: Fricção, Tradução e Emancipação Social

Neste artigo pretendia-se encetar uma análise exploratória da governança global e ajuda ao desenvolvimento na BIH, a partir dum diálogo transdisciplinar entre as propostas conceptuais de Tsing e Santos. Esta análise está ainda no início, sendo a altura de a sujeitar à discussão, principalmente à crítica dos actores locais na BIH.⁸

A exploração dos três temas apresentados: a representação da sociedade civil; a relação entre agências globais/bilaterais e ONGs locais e as representações recíprocas da CI e da BIH, levou-me a concluir em geral, sobre os resultados pouco produtivos desta fricção entre o global e o local. A ajuda ao desenvolvimento e intervenção da CI pós-guerra na BIH baseou-se na imposição, de cima para baixo, de um modelo liberal de sociedade civil e de participação e empoderamento que

⁸ Pretendo dar a conhecer estas análises e reflexões às pessoas com quem falei e entrevistei na BIH.

descurou as relações de poder neste contexto, contribuindo para o fortalecimento das elites locais nacionalistas, patologizou o «local» e criou relações neo-coloniais de dependência e desresponsabilização, nomeadamente ao nível das supostas “parcerias” entre ONGs locais e organizações internacionais, assim como contribuiu para burocratizar e controlar as organizações locais que faziam um bom trabalho, sujeitando-as às lógicas de gestão capitalista. As formas de resistência a estes processos de dominação parecem ter-se centrado mais em estratégias de sobrevivência (individuais e ao nível das organizações da sociedade civil), do que em criação de alternativas ao modelo neoliberal. Efectivamente, em relação às possibilidades emancipatórias desta fricção eu não encontrei em Sarajevo, motivação para a mobilização. “Depois da guerra tudo está morto” como dizia um jovem com quem falei. Também não se notam sinais de solidariedade política. O pessimismo e a desconfiança geral (nas instituições nacionais, nos políticos, nos media, nas ONGs (cf. Gallup Balkan Monitor, 2009) impedem a «reinvenção do Presente» (Santos, 2002). As pessoas vivem no momento presente como se ainda estivessem na guerra, ou seja, funcionam os mecanismos individuais de sobrevivência, mas há menos solidariedade, menos criatividade e menos mobilização do que havia durante a guerra. A reinvenção do Presente e o «cuidado do Futuro» requerem provavelmente um reconhecimento das feridas do passado e a ambiguidade deixada pelo acordo de Dayton sobre quem foram as vítimas e quem foram os perpetradores da guerra. O pessimismo e a apatia prevalecem e impedem o cuidado do Futuro (cf. Santos, 2002). A CI e sua credibilidade não escapam no entanto, intocadas, como mostra o estudo do Gallup Balkan Monitor, (2009)⁹ pois a negociação ou jogo político da CI com as elites nacionalistas a que os bósnios assistem continuamente, revela claramente a cedência da CI às elites e ausência de estratégia, nomeadamente na esfera da sociedade civil, onde é claro o falhanço das políticas prévias.

Referências Bibliográficas

Belloni, Roberto (2001), “Civil society and Peacebuilding in BiH”, *Journal of Peace Research*, 38 (2), 163-180.

Best, Jacqueline (2007), “Why the Economy is Often the Exception to Politics as Usual”, *Theory, Culture & Society*, 24 (4), 87-109.

Bhabha, Homi K. (1994), *The Location of Culture*. London and New York: Routledge.

Bieber, Florian (2002), “Aid Dependency in Bosnian Politics and Civil Society: Failures

⁹ Os dados deste estudo revelam um decréscimo no apoio à EU de 2006 para 2008 e mais acentuado na BiH por comparação aos outros países dos Balcãs.

and Successes of Post-war Peacebuilding in Bosnia-Herzegovina", *Croatian International Relations Review*, January-June, 25-29.

Campbell, David (1998), *National Deconstruction: Violence, Identity and Justice in Bosnia*. Minneapolis & London: University of Minnesota Press.

Chandler, David (1998), "Democratization in Bosnia: The Limits of Civil Society Building Strategies", *Democratization* 5(4), December, 1-20.

Evans-Kent, Bronwyn; Beliker, Roland (2003). "Peace Beyond the State? NGOs in Bosnia and Herzegovina", *International Peacekeeping*, 10(1), 103-119.

Gallup Balkan Monitor (2009), <http://www.balkan-monitor.eu/files/Gallup_Balkan_Monitor-Focus_On_EU_Perceptions.pdf>, acedido a 30 de Janeiro de 2010.

Goldsworthy, Vesna (1998), *Inventing Ruritania: The Imperialism of Imagination*. Yale: Yale University Press.

Hall, Stuart; Du Gay, Paul (Eds.) (1997), *Questions of Cultural Identity*. Londres/Thousand Oakes/Nova Deli: Sage.

Jansen, Stef (2005), "Who's Afraid of White Socks? Towards a Critical Understanding of Post-Yugoslav Urban self-perceptions", *Ethnologia Balkanica*, 9, 151-167.

Kovacevic, Nataša (2008), "Orientalizing Post-Comunism: Europe's 'Wild East' Literature and Film", *Reconstruction: Studies in Contemporary Culture*, 8(4), <<http://reconstruction.eserver.org/084/kovacevic.shtml#top>>.

Kuti, Eva (2001), "Different Eastern European Countries at Different Crossroads", in Helmut K. Anheier and Jeremy Kendall (eds.), *Third sector Policy at the Crossroads. An International Nonprofit Analysis*. Routledge: London & New York, 193-202.

Pratt, Mary Louise (1992), *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. Routledge: Londres.

Pupavac, Vanessa (2005), "Human security and the rise of global therapeutic governance", *Conflict, Security and Development*, 5(2), 161-181.

Sali-Terzic, Sevima (2001), "Civil Society", in Žarko Papić (Ed.), *International Support Policies to South-East European Countries: Lessons (Not) Learned in B-H*. Sarajevo: Muller, 138-159, <http://www.soros.org.ba/docs/eng_politike_medunarodne_podrske_zemljama_jugoistocne_evrope.pdf>.

Santos, Boaventura de Sousa (1997), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), "O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução", *Revista del Observatorio Social de América Latina*, 15, 77-90.

Santos, Boaventura de Sousa (2008), "A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.

Stubbs, Paul (2003), "International Non-State Actors and Social Development Policy", *Global Social Policy*, 3(3):319-343.

Tsing, Anna Lovenhaupt (2005). *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Volcic, Zala (2005), "The notion of 'the West' in the Serbian National Imaginary", *European Journal of Cultural Studies*, 8(2): 155-175.

Živanovic, Miroslav (2006), "Civil Society in Bosnia and Herzegovina: Lost in

Translation", in Wolfgang Benedek (Ed.), *Civil Society and Good Governance in Societies in Transition*,. Vienna and Belgrade: Neuer Wissenschaftlicher Verlag/Belgrade Centre for Human Rights, 23-53.

Žižek, Slavoy (2006), *Bem Vindo ao Deserto do Real*. Lisboa: Relógio d'Água. [Edição original: 2002].

Nota biográfica

Eunice Castro Seixas é, desde 1996, licenciada em Psicologia (especialização em Psicologia e Saúde) pela FPCE da Universidade do Porto, e Mestre em Psicologia Social em 2004, pela mesma instituição. Trabalhou como psicóloga escolar, como psicóloga clínica, na docência e na investigação. É doutoranda do programa "Pós-Colonialismos e Cidadania Global" do CES/FEUC e bolseira da FCT. O seu projecto de doutoramento incide sobre "A Securitização do Desenvolvimento na Ajuda Humanitária/ao Desenvolvimento Internacional", interessando-lhe, em particular, os contextos da Bósnia-Herzegovina e da Federação Russa.

Contacto: euniceseixas@gmail.com